

CONCURSO PÚBLICO**23/06/2013****INSTRUÇÕES**

1. Confira abaixo: seu nome, número de inscrição e função correspondente à sua inscrição. Assine no local indicado.
2. Verifique se os dados impressos no Cartão-Resposta correspondem aos seus. Em caso de irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.
3. Não serão permitidos: empréstimos de materiais; consultas e comunicação entre os candidatos; uso de livros, apontamentos, relógios, aparelhos eletrônicos e, em especial, aparelhos celulares, os quais deverão ser desligados e colocados no saco plástico fornecido pelo Fiscal.
4. Aguarde o Fiscal autorizar a abertura do Caderno de Prova. Após a autorização, confira a paginação antes de iniciar a Prova.
5. Este Caderno de Prova contém 40 (quarenta) questões objetivas, cada qual com apenas 1 (uma) alternativa correta. No Cartão-Resposta, preencha, com tinta preta, o retângulo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão.
6. No Cartão-Resposta, anulam a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão; rasurar; preencher além dos limites do retângulo destinado a cada marcação. Não haverá substituição do Cartão-Resposta por erro de preenchimento.
7. Não são permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
8. A duração desta prova será de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
10. Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova e o Cartão-Resposta, devidamente assinados.

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

.....
RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

O gabarito oficial provisório estará disponível no endereço eletrônico
www.cops.uel.br a partir das 17 horas do dia 24 de junho de 2013.

Leia o texto, a seguir, e responda às questões de 1 a 12.

A manifestação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em entrevista ao *Estado*, contrária à redução da maioria penal, apenas indica que o governo brasileiro não tem resposta para a crescente e disseminada violência que aterroriza o País. É compreensível, na retórica jurídica do professor de direito de uma universidade católica, a afirmação de valores da civilização contra o clamor repressivo dos que têm medo. Mas a entrevista não o é quando indica que a política do governo, de que ele é membro, se limita a resistir à alteração penal que muitos pretendem. O ministro teme que reduzir a maioria penal e ampliar o tempo de permanência na cadeia de jovens assassinos os torne criminosos porque a cadeia é uma escola de crime. Mas, eles já são criminosos de crimes violentos! O que mais podem aprender os autores de crimes recentes que se situam no âmbito da pura barbárie? O que não quer dizer que a extensão da pena para os criminosos violentos que sejam menores de idade vá resolver o problema grave das causas da criminalidade juvenil.

Vários dos autores de crimes hediondos, do noticiário recente e remoto, são indivíduos, menores aí incluídos, que não frequentaram a escola de crimes que a cadeia seria. Os crimes foram aprendidos e maquinados fora da prisão, em casa, na vizinhança, nas ruas. Os que querem a redução da maioria penal querem mais tempo de cadeia para autores de crimes medonhos, crimes inexplicáveis, como o assassinato da dentista de São Bernardo do Campo, queimada viva. Ou, nos mesmos dias, a pouco noticiada violência sofrida por uma idosa e sua filha, na roça no interior da Bahia, com estupro e assassinato de uma delas, com um tiro, depois de lhe terem enfiado uma escopeta na vagina. Ou o caso do assassinato dos jovens Liana Friedenbach e Felipe Caffé, torturados (ela estuprada) e assassinados bárbara e cruelmente na zona rural de Embu Guaçu, há dez anos, por um grupo de que fazia parte um menor de idade.

A retórica jurídica pode convencer na sala de aula, mas não convence nem tranquiliza quem vive cotidianamente situações de risco na rua e até em casa. Ao contrário, só aumenta a certeza de que o Estado brasileiro não sabe o que fazer. Nosso liberalismo livresco não gerou convicções nem se enraizou na cultura popular. Liberdade, aqui, acaba sendo entendida como permissividade na concepção de que tudo é lícito desde que se escape. Aqui, a liberdade não é propriamente um direito dos cidadãos, mas um alibi dos espertos. A liberdade ingenuamente concebida apenas cria inimigos da liberdade, na disseminação da convicção de que o direito é um instrumento do crime. O mesmo vale para os chamados direitos humanos, justos, porém mal justificados e pior compreendidos. A liberdade é, sem dúvida, um direito e um bem, que, no entanto, se nutre e justifica pelo recíproco reconhecimento da liberdade e da vida alheias como um direito e um bem do outro. É um bem social e não apenas individual. A liberdade e os direitos humanos são aquisições cotidianas, pelas quais se paga reconhecendo os direitos humanos do outro. Os inadimplentes ficam em débito com a sociedade, cabendo à Justiça cobrar a dívida em nome do credor, que é a sociedade desarmada.

O sistema judicial liberalizante e benevolente, na cultura do medo, em vez de assegurar justiça estimula a iniquidade do justicamento popular. A sociedade retoma pela violência o direito originário à justiça quando as instituições falham no desempenho do que é mera representação e condicional delegação de responsabilidades. O Brasil está entre os países que mais lincham no mundo. Temos de quatro a cinco linchamentos e tentativas de linchamento por semana, nas várias regiões do País. Linchamento é também barbárie e, no fundo, expressão da mesma cultura dos crimes que os linchadores querem vingar. Pesquiso essa modalidade de violência coletiva há anos. Ela é sempre manifestação de descrença na Justiça. Reveste-se, na maioria dos casos, da mesma crueldade que caracteriza os crimes que por meio dela a sociedade da rua pretende punir. Nos casos extremos, o linchamento, além da mutilação de sua vítima, culmina com sua queima ainda viva. A matriz da cultura do crime é a mesma da punição do crime. Ou seja, estamos em face de um problema estrutural da sociedade, um “defeito” de funcionamento, que, sob diferentes formas de manifestação, se apresenta como expressão dos “maus” e também dos “bons”.

(Adaptado de: MARTINS, J. S. Direitos de todos os humanos. *Estado de S. Paulo*. 5 maio 2013. p.E3.)

1 No trecho “Mas a entrevista não o é...”, o pronome substitui

- a) “o clamor repressivo dos que têm medo”.
- b) “ministro da Justiça”.
- c) “medo”.
- d) “compreensível”.
- e) “afirmação de valores da civilização”.

2 A preposição “de”, em “de que ele é membro”, justifica-se por

- a) anteceder o objeto indireto que complementa o verbo existente na frase.
- b) dar destaque à enumeração presente na frase.
- c) estar situada após a vírgula.
- d) haver já uma preposição antes do termo antecedente “governo”.
- e) **ser uma exigência do termo “membro”.**

3 A respeito do primeiro parágrafo, considere as afirmativas a seguir.

- I. **A exclamação serve para reforçar a ênfase em torno de uma ideia que, segundo o autor, é óbvia.**
- II. **A interrogação tem caráter retórico e expressa a indignação do autor com o estágio de barbárie dos crimes cometidos.**
- III. **A utilização do conectivo no início da antepenúltima frase tem função estilística, pois inexistente oposição entre os temores do ministro e a constatação do autor do texto.**
- IV. **O emprego repetido de termos como “crime” e “criminosos” tem o papel de realçar gradações e sutilezas em cada delito cometido.**

Assinale a alternativa correta.

- a) **Somente as afirmativas I e II são corretas.**
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

4 Quanto ao uso da palavra “que” na primeira frase, assinale a alternativa correta.

- a) Na primeira vez em que aparece, o “que” é conjunção que expressa a explicação de ideias expostas anteriormente; na segunda, é pronome que retoma “resposta”.
- b) Na primeira vez em que aparece, o “que” é pronome que introduz o complemento de “indica”; na segunda, é conjunção que conecta “violência” a sua caracterização.
- c) **Na primeira vez em que aparece, o “que” é conjunção que liga o verbo ao seu complemento; na segunda, é pronome que retoma o termo antecedente.**
- d) Nas duas vezes em que aparece, o “que” é conjunção que estabelece vínculos entre verbos e seus complementos.
- e) Nas duas vezes em que aparece, o “que” é pronome relativo que substitui os termos imediatamente anteriores.

5 Com base nos dois parágrafos iniciais, assinale a alternativa correta.

- a) O autor do texto discorda do ministro: enquanto o ministro acredita ser a escola a melhor solução para a criminalidade juvenil, o autor já considera que a intervenção educacional é obsoleta para o problema.
- b) O autor do texto e o ministro convergem em dois aspectos: ambos desconfiam da eficácia do aumento da pena para menores como medida para erradicar a criminalidade e da redefinição dos critérios para a avaliação da gravidade dos crimes.
- c) **O autor do texto e o ministro expressam concepções divergentes: o primeiro avalia jovens como criminosos que já tiveram um aprendizado suficiente em termos de crimes; o segundo receia que a presença de jovens na cadeia resulte em aprendizados nocivos.**
- d) Ministro e autor do texto exibem opiniões contrárias entre si: o primeiro julga temerária a interpretação da cadeia como escola de crime para menores infratores, enquanto o segundo crê que a pior escola para os jovens criminosos é o espaço fora da prisão.
- e) Ministro e autor do texto têm perspectivas diferentes: o primeiro considera que a escola do crime terá efeitos perversos sobre os jovens infratores, enquanto o segundo avalia que o tempo maior na cadeia poderá reabilitá-los.

6 Assinale a alternativa que explica, corretamente, os exemplos citados no segundo parágrafo.

- a) São crimes citados pelo autor do texto como exemplos detalhados de práticas violentas que, segundo algumas pessoas, requerem punições mais rigorosas do que as previstas atualmente.
- b) São crimes cuja repercussão serviu de argumento aos detratores da redução da maioria penal uma vez que seus autores tiveram pouco contato com “a escola de crimes”.
- c) São crimes elencados pelo autor do texto em decorrência do caráter de inexperiência de seus autores como ponto comum aos delitos.
- d) São crimes que têm seu caráter cruel injustificado pela pouca idade dos delinquentes, o que inviabiliza a discussão sobre a redução da maioria penal.
- e) São crimes sem explicação, pois seus planejamentos ocorreram em ambientes e circunstâncias desfavoráveis à disseminação da marginalidade.

7 Os termos “hediondos” e “medonhos” são empregados para qualificar “crimes” no segundo parágrafo. Os termos podem, sem prejuízo do sentido original, ser substituídos, respectivamente, por

- a) aterradores e receosos.
- b) hedônicos e repugnantes.
- c) inimputáveis e repulsivos.
- d) peremptórios e assombradiços.
- e) sórdidos e pavorosos.

8 Sobre os termos “porém” e “no entanto”, utilizados no terceiro parágrafo, assinale a alternativa correta.

- a) “porém” assume na frase um sentido de nome, de substantivo, diferente do seu caráter mais habitual, que é de conectivo.
- b) “porém” é empregado para contrapor qualificações dos direitos humanos.
- c) “porém” pode ser deslocado para o início da frase sem comprometer o sentido original.
- d) “no entanto” é usado para contrapor deturpações do conceito de liberdade, ora valorizada como um direito e um bem, ora alienada do debate sobre os direitos humanos.
- e) “no entanto” pode ser substituído por “enquanto”, sem prejuízo do sentido original.

9 Os “inadimplentes”, do final do terceiro parágrafo, são aqueles que

- a) admitem ter contraído dívida com o outro.
- b) desconhecem a liberdade como direito de si e do outro.
- c) desrespeitam a liberdade como direito do outro.
- d) pagam pelos crimes cometidos contra o outro.
- e) reconhecem os direitos humanos do outro.

10 A respeito dos pronomes no quarto parágrafo, considere as afirmativas a seguir.

- I. “ela”, em “Ela é sempre manifestação de descrença...”, retoma “essa modalidade de violência coletiva”.
- II. “dela”, em “que por meio dela a sociedade pretende punir”, retoma “maioria dos casos”.
- III. “sua”, em “culmina com sua queima ainda viva”, retoma “mutilação de sua vítima”.
- IV. “sua”, em “além da mutilação de sua vítima”, retoma “linchamento”.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

11 Quanto às ideias expressas no texto a respeito do linchamento, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o autor, a “sociedade da rua” e a Justiça se equiparam no que se refere à crueldade com que ambas punem os crimes.
- b) O autor propõe leituras e medidas específicas para linchamentos brutais e linchamentos que derivam de falhas na “delegação de responsabilidades”.
- c) A apresentação de dados estatísticos pelo autor tem o propósito de alertar para a barbárie dos linchamentos brasileiros como uma prática que destoa dos “países que mais lincham no mundo”.
- d) **A ideia de considerar o linchamento “manifestação de descrença na Justiça” coexiste com o reconhecimento da barbárie envolvida no ato de linchar, mas serve também para desnudar a sensação de impunidade.**
- e) A “modalidade de violência coletiva” a que o autor se refere aproxima-se dos crimes bárbaros, diferenciando-se, contudo, pela legitimidade atribuída a cada uma das infrações.

12 Sobre os termos “bons” e “maus”, utilizados entre aspas, assinale a alternativa correta.

- a) Os bons são as vítimas de crimes e de linchamentos; os maus são os autores de crimes bárbaros e linchadores.
- b) Os bons são os cidadãos que se negam a participar de crimes e linchamentos; os maus aderem a esses delitos.
- c) Os bons são os linchadores; os maus são as vítimas do linchamento.
- d) **Os bons são os que acreditam fazer justiça ao punir com o linchamento; os maus são os autores dos crimes bárbaros.**
- e) Os bons são os que delegam a punição para a lei e para a Justiça; os maus são os que punem “com as próprias mãos”.

13 Leia o texto a seguir.

Pense no que você fez, em seu dia a dia, nos últimos 12 meses. Se foi à farmácia adquirir um medicamento, vacinou-se, fez uma compra no supermercado ou foi à padaria, precisou de um procedimento médico de alta complexidade para você ou algum familiar, não há dúvida: você usou o SUS.

(Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/104/reportagens/o-sus-que-nao-se-ve>>. Acesso em: 1 jun. 2013.)

Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), considere as afirmativas a seguir.

- I. Até a criação do SUS, os brasileiros eram divididos entre os que podiam pagar a rede privada, os segurados da previdência social e aqueles que não possuíam direito algum.**
- II. Com o SUS, o número de usuários do sistema com direito a atendimento passou de 100 para 180 milhões.**
- III. O SUS garantiu a continuidade da gratuidade e a universalidade do atendimento, dando prosseguimento a um sistema que já era unificado em um único ministério.**
- IV. O SUS foi criado no Brasil em 1988 e regulamentado dois anos após, fato que trouxe o direito de acesso a tratamento de saúde para todos, de forma gratuita.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.**
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

14 Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), o crescimento do PIB do Paraná no primeiro trimestre de 2013 contrasta com o PIB nacional. Enquanto, segundo dados do IBGE, o PIB nacional atingiu 0,6% no trimestre, no Paraná o crescimento foi de 2,8%. Sobre os fatores que motivaram esse crescimento, considere as afirmativas a seguir.

- I. A venda de veículos.**
- II. O crescimento na safra de verão, com destaque para soja e milho.**
- III. Os segmentos de máquinas e equipamentos.**
- IV. Os segmentos de móveis e eletrodomésticos.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.**
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

15 No passado, utilizava-se com frequência a expressão “o Brasil é o país do futuro”. Entre as razões que subsidiavam essa afirmação estava o fato de o Brasil possuir uma expressiva população de jovens, portanto ampla força de trabalho no auge de sua capacidade produtiva. Hoje, já se começa a falar no processo de envelhecimento da população brasileira. É fato, porém, que a população jovem ainda forma parte expressiva da população, demandando políticas públicas específicas para esse segmento. A população de jovens do Brasil, segundo o Censo de 2010, entre 15 e 29 anos, está estimada, em aproximadamente,

- a) 30 milhões.
- b) 40 milhões.
- c) 50 milhões.**
- d) 70 milhões.
- e) 90 milhões.

16 O consumo consciente é um imperativo para a garantia do acesso à água para a presente e futuras gerações. Segundo dados da Sanepar, práticas como fechar a torneira, tomar banho e escovar os dentes mais rápido, instalar descargas mais econômicas, além de outras medidas, contribuem com a sustentabilidade do planeta.

Nesse sentido e com base nos dados da Sanepar, considere as afirmativas a seguir.

I. Um banho de 5 minutos consome em torno de 150 litros de água.

II. Uma torneira aberta pode consumir em média 20 litros de água por minuto.

III. A diferença entre o consumo de uma caixa acoplada e uma descarga de parede pode chegar a 8 vezes.

IV. A diferença entre utilizar o balde ou a mangueira para lavar o automóvel pode chegar a 300 litros.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

17 Leia o texto a seguir.

O Governo Federal criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com o objetivo de formar uma reserva de dinheiro para o trabalhador. As contas de FGTS de todos os trabalhadores ficam na Caixa Econômica Federal (CEF). A soma de todas essas contas dá origem a uma única. Assim, quando o governo fala da utilização de recursos do FGTS está se referindo a essa conta.

(Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/guias-financeiros/guia-como-funciona-o-fgts-e-como-faco-para-sacar-dinheiro-do-fundo.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2013.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o FGTS como política voltada para o trabalhador, considere as afirmativas a seguir.

I. O trabalhador tem direito a sacar o dinheiro do FGTS quando é demitido sem justa causa ou em caso de doença grave como câncer e AIDS.

II. O FGTS foi criado na década de 1960, para proteger o trabalhador demitido sem justa causa.

III. O dinheiro depositado na conta do FGTS pertence exclusivamente a cada trabalhador, fato que veda a possibilidade de o governo utilizar tais recursos.

IV. Dependendo da razão para a saída do trabalhador da empresa, além do FGTS, este também possui o direito à multa de 30% sobre o valor recolhido.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

18 Segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná relativos ao primeiro trimestre de 2013, os municípios com maior número de crimes contra a pessoa, excetuando-se Curitiba, listados pelo maior número de ocorrências, são

- a) Cascavel, Pato Branco e Londrina.
- b) Foz do Iguaçu, Maringá e Londrina.
- c) Londrina, Foz do Iguaçu e Campo Mourão.
- d) Maringá, Foz do Iguaçu e Toledo.
- e) São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Londrina.

19 De acordo com o Art. 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca do reconhecimento do estado de filiação, considere as afirmativas a seguir.

- I. É um direito personalíssimo.
- II. É um direito disponível.
- III. É um direito com restrições para ser exercitado contra pais ou seus herdeiros.
- IV. É um direito imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.**
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

20 De acordo com o Art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao adolescente é permitido trabalhar sob determinadas condições.

Acerca dessas condições, considere as afirmativas a seguir.

- I. O trabalho realizado pelo adolescente deve necessariamente conciliar horários e locais que permitam a frequência à escola.
- II. O adolescente pode trabalhar em locais que sejam favoráveis à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- III. O adolescente pode trabalhar no período noturno, desde que o horário não ultrapasse as 23 horas.
- IV. Após 17 anos, o adolescente pode realizar trabalho considerado insalubre, desde que receba a remuneração adicional condizente.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.**
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

21 Sobre a administração na era digital e seus novos paradigmas, considere as afirmativas a seguir.

- I. Controle interno é uma das etapas mais importantes de um projeto de *Benchmarking*.
- II. O *Benchmarking* é uma técnica de comparação e imitação de organizações possuidoras de práticas exemplares de administração.
- III. O método *Six Sigma* tem como objetivo final o aumento do desempenho financeiro das organizações.
- IV. Uma das críticas à reengenharia é a de que ela pode levar à perda de identidade e à desestruturação organizacional.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

22 Na evolução das escolas da administração, os Estudos de Hawthorn foram um marco na produção das ideias centrais da Escola das Relações Humanas.

Com relação a esses estudos, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () Os Estudos de Hawthorn concluíram que o trabalho é uma atividade de grupo e que os trabalhadores buscam uma sensação de pertencimento e não apenas ganhos financeiros.
- () Os Estudos de Hawthorn foram realizados na década de 1930, na *Ford Motor Company*.
- () Os Estudos de Hawthorn foram liderados por Hugo Munsterberg, pesquisador da *Harvard Business School*.
- () Os Estudos de Hawthorn se concentraram nos efeitos do ambiente de trabalho sobre os trabalhadores da fábrica estudada.
- () Hawthorn faz referência ao pesquisador que liderou os estudos.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, F, V, F.
- c) F, V, V, F, F.
- d) F, V, F, F, V.
- e) F, F, F, V, V.

23 Quanto às formas históricas da administração pública brasileira, propostas por Luis Carlos Bresser Pereira, considere as afirmativas a seguir.

- I. A Administração Pública Gerencial consolidou-se no contexto do estado autoritário e da sociedade capitalista industrial.
- II. A centralização e a estatização são características principais da Administração Pública Gerencial.
- III. O Estado brasileiro, no início do século XX, era um Estado oligárquico e patrimonial.
- IV. O Patrimonialismo vigorou predominantemente durante o estado oligárquico e a sociedade mercantil-senhorial.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

24 A primeira tentativa de reforma gerencial da Administração Pública Brasileira ocorreu em 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 200.

Essa proposta teve como princípios de racionalidade administrativa, entre outras,

- a) a descentralização e o controle dos resultados.
- b) a centralização e o controle rígido dos processos administrativos.
- c) a centralização administrativa e o controle da administração indireta.
- d) a revisão de estruturas e a racionalização de métodos.
- e) organizações com muitos níveis hierárquicos e a centralização administrativa.

25 Nas reformas administrativas das últimas décadas surgiram novos modelos de administração pública. Sobre esses modelos, leia a definição a seguir.

_____ é um modelo relacional de organização que busca uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo, enfatizando relações horizontais entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna dessa definição.

- a) Administração Pública Gerencial.
- b) Burocracia.
- c) Governo Empreendedor.
- d) Governança Pública.
- e) Municipalismo.

26 Quanto aos bens caracterizados como bens dos Estados, conforme disposição nas Constituições Federal e Estadual, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- () As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob o domínio da União, Municípios ou terceiros.
- () O mar territorial na área de domínio dos Estados.
- () As ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- () Os potenciais de energia hidráulica.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, V, F, V.
- c) F, V, F, V, F.
- d) F, F, V, F, V.
- e) F, F, F, V, V.

27 Os municípios que, através de norma estadual, recebem restrições ao seu desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais ou urbanísticas, em virtude de possuírem mananciais de água potável que abastecem outros municípios, terão direito a compensação financeira mensal. Os recursos deverão ser integralizados diretamente aos municípios pelas concessionárias de serviço público relativos a um percentual sobre o valor do metro cúbico de água extraída do manancial ou bacia hidrográfica.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, esse percentual.

- a) 3%
- b) 5%
- c) 6%
- d) 8%
- e) 10%

28 De conformidade com a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, para que a aposentadoria dos servidores que ingressaram no serviço público paranaense até 15 de dezembro de 1998, seja efetivada, após tramitação nas secretarias do governo estadual, Parana Previdência e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz-se necessário o preenchimento cumulativo dos requisitos: tempo de contribuição de serviço público; tempo de serviço público, na carreira e no cargo; redução da idade em função do tempo de contribuição excedente do mínimo exigido ou o implimento da idade.

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o tempo mínimo de cada um desses requisitos.

- a) 15 anos; 5 anos de carreira, 5 anos no cargo; se homem, 35 anos de contribuição e 55 anos de idade; se mulher, 30 anos de contribuição e 50 anos de idade.
- b) 15 anos; 5 anos de carreira, 10 anos no cargo; se homem, 35 anos de contribuição e 60 anos de idade; se mulher, 30 anos de contribuição e 55 anos de idade.
- c) 20 anos; 10 anos de carreira, 4 anos no cargo; se homem, 30 anos de contribuição e 55 anos de idade; se mulher, 25 anos de contribuição e 50 anos de idade.
- d) 22 anos; 10 anos de carreira, 3 anos no cargo; se homem, 35 anos de contribuição e 60 anos de idade; se mulher, 30 anos de contribuição e 55 anos de idade.
- e) 25 anos; 15 anos de carreira, 5 anos no cargo; se homem, 35 anos de contribuição e 60 anos de idade; se mulher, 30 anos de contribuição e 55 anos de idade.

29 Na fatura aos usuários de água e esgoto, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), entre outros itens, é obrigada a informar métodos e substâncias que contenham risco para a vida, através do controle da produção, distribuição e comercialização da água distribuída, de acordo com os limites legais.

A Sanepar também deve atender à legislação quanto a

- a) teor, odor, cor, cloro e flúor.
- b) turbidez, cor, cloro, flúor e coliformes.
- c) coliformes, cloro, flúor, odor e água sanitária.
- d) cor, cloro, coliformes, cálcio e água sanitária.
- e) odor, cor, cloro, água sanitária e flúor.

30 De acordo com o Art. 93 da Lei nº 8.213, a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

O percentual obrigatório para uma empresa com o quantitativo de 555 funcionários devidamente registrados é de

- a) 2,5%
- b) 3,0%
- c) 3,5%
- d) 4,0%
- e) 5,0%

31 A Avaliação de Desempenho é fundamental para mensurar o desempenho dos funcionários nas atividades que executam no cotidiano das organizações. Entre as várias finalidades, e conforme critérios definidos na avaliação, objetiva-se conhecer o potencial e a capacidade dos recursos humanos existentes em uma empresa. Para avaliar esse potencial, há varios métodos e técnicas e, eventualmente, podem ocorrer vícios ou distorções em um sistema. Há também a possibilidade de que a avaliação de um item possa interferir no julgamento sobre outros fatores, contaminando o resultado geral, por exemplo, a simpatia ou a antipatia que o avaliador tem pela pessoa que está sendo avaliada.

Esse tipo de erro, na Avaliação de Desempenho, denomina-se

- a) efeito halo.
- b) força do hábito.
- c) subjetivismo.
- d) tendência central.
- e) unilateralidade.

32 Na atividade empresarial, sempre que possível, o objetivo é dominar o mercado no seu ramo de atuação, adquirindo outras empresas do mesmo segmento ou fazendo fusão. Para que não haja monopólio ou monopsonia, há um órgão responsável por autorizar, ou não, tal ato empresarial. Quanto a esse órgão, assinale a alternativa correta.

- a) Confederação Nacional da Indústria.
- b) Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- c) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- d) Ministério Público.
- e) Tribunal de Contas da União.

33 A Constituição Federal e legislações complementares asseguram aos trabalhadores urbanos e rurais a redução, por parte do empregador, dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. O Equipamento de Proteção Individual (EPI) é todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a integridade física do trabalhador, devendo ser fornecido gratuitamente pelo empregador. O EPI, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação (CA) expedido

- a) pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- b) pela Delegacia Regional do Trabalho.
- c) pela empresa fabricante do equipamento.
- d) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- e) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

34 A Administração Pública, mediante dispositivos e procedimentos legais, por insuficiência de recursos financeiros, pode transferir para agentes particulares bens públicos, objetivando melhorias para a população em geral. Essa espécie de contrato administrativo através do qual se transfere a execução de serviço público para particulares, por prazo certo e determinado, impõe direitos e deveres das partes envolvidas. A rescisão contratual de qualquer das partes pode gerar multa e indenização de quem lhe der causa, posto que não pode ser desfeita a qualquer momento.

Sobre a denominação da transferência de serviços públicos a particulares, assinale a alternativa correta.

- a) Laudêmio.
- b) Permissão de Serviço Público.
- c) Privatização de Serviço Público.
- d) Concessão de Serviço Público.
- e) Franquia de Serviço Público.

35 A técnica administrativa denominada de Descrição e Análise de Cargos é uma ferramenta fundamental ao gestor da área de recursos humanos, visto que é a base para a maioria dos demais subsistemas de pessoal, tais como: recrutamento, seleção, treinamento, salários, benefícios, avaliação de desempenho, higiene e segurança, entre outros. A Descrição cuida de aspectos intrínsecos ao cargo e a Análise de Cargos cuida de aspectos extrínsecos.

Acerca de técnicas administrativas, relacione alguns aspectos, na coluna da esquerda, com as respectivas definições, na coluna da direita.

- | | |
|-----------------------------------|---|
| (I) Conteúdo do cargo. | (A) Métodos e processos de trabalho. |
| (II) Condições de trabalho. | (B) Posição no organograma. |
| (III) Requisitos físicos. | (C) Análise do cargo. |
| (IV) Requisitos mentais. | (D) Iniciativa, aptidão e experiência. |
| (V) Responsabilidades envolvidas. | (E) Esforço, concentração e complexidade. |

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-A, II-C, III-B, IV-E, V-D.
- b) I-A, II-D, III-E, IV-B, V-C.
- c) I-B, II-C, III-E, IV-D, V-A.
- d) I-B, II-D, III-C, IV-E, V-A.
- e) I-E, II-A, III-B, IV-D, V-C.

36 Leia a definição a seguir.

Constranger alguém com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento, prevalecendo-se o agente de tal ato de sua condição de superior hierárquico ou ascendência funcional do emprego, cargo ou função.

Tal definição refere-se a

- a) *Bullying*.
- b) **Assédio sexual**.
- c) Descaminho.
- d) Desídia.
- e) Improbidade administrativa.

37 O contratado pela Administração Pública, cumpridas todas as etapas legais do processo licitatório, fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para obras, serviços ou compras e para reformas de edifícios ou equipamentos, em um percentual sobre o valor inicial, atualizado, do contrato.

Tais percentuais são, respectivamente, de até

- a) 10%, para obras, compras e serviços e de até 20%, para reformas de edifício ou de equipamentos.
- b) 15%, para obras, compras e serviços e de até 10%, para reformas de edifício ou de equipamentos.
- c) **25%, para obras, compras e serviços e de até 50%, para reformas de edifício ou de equipamentos**.
- d) 50%, para obras, compras e serviços e de até 25%, para reformas de edifício ou de equipamentos.
- e) 50%, em ambos os casos.

38 O Sistema de Registro de Preços é uma das formas de licitação que a Administração Pública pode utilizar para contratação de prestação de serviços ou aquisição de bens futuros. Tem validade temporal máxima de um ano, e os proponentes dos preços registrados ficam obrigados a fornecer os bens ou a prestar os serviços cujos preços foram registrados, sempre que a Administração Pública os solicitar.

Nesse procedimento licitatório, as modalidades são:

- a) Pregão e Concurso.
- b) Leilão e Concorrência.
- c) Tomada de Preços e Convite.
- d) **Concorrência e Pregão**.
- e) Convite e Leilão.

39 É considerado ambiente de trabalho com insalubridade aquele em que o empregado corre o risco de contrair doença, em decorrência da natureza, das condições ou dos métodos de trabalho, expondo o empregado a agentes nocivos à saúde. Cabe ao empregador pagar ao empregado, sobre o salário mínimo regional, um adicional de tolerância, aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com variação mínima, média e máxima.

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, esses percentuais.

- a) 5%, 10% e até 20%.
- b) 10%, 20% e até 30%.
- c) **10%, 20% e até 40%**.
- d) 15%, 25% e até 35%.
- e) 20%, 30% e até 40%.

40 A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislações complementares correlatas, estabelecem normas gerais sobre licitações e contratos administrativos relacionados a obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações no âmbito público.

Para a compra ou locação de um imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, com avaliação prévia e desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, a Administração, nesta hipótese, poderá, conforme legislação,

- a) **dispensar a licitação**.
- b) licitar por concurso.
- c) licitar por convite.
- d) licitar por pregão.
- e) licitar por tomada de preço.